



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

258
10

**Recurso de agravo regimental no agravo de instrumento nº 285916-1-
Comarca de Jaboatão dos Guararapes**

Agravante: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco –
DER/PE.

Agravada: Empresa Guararapes S.A.

EMENTA: PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. OFENSA AO ART. 67-B DO RITJPE. NÃO CONFIGURADA. LEVANTAMENTO DOS 80% DO DEPÓSITO PRÉVIO. OBSERVÂNCIA AO ART. 34 DO DECRETO LEI Nº 3.365/41. RECURSO DE AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Quanto à ofensa ao art. 67-B do Regimento Interno deste Tribunal, ainda quando, em tese, tenha se esgotado a jurisdição do Tribunal pelo julgamento de processo pioneiro, é indispensável a certificação nos autos respectivos do trânsito em julgado do acórdão ou da decisão para fazer cessar a prevenção de que trata o art. 67-B do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco 2. Na decisão inicialmente agravada, de fls. 21, o magistrado de origem afirma ter o expropriado juntado aos autos as exigências contidas no Decreto Lei nº. 3.365/41, porém, não autorizou o pedido de liberação do valor em razão da não existência do julgamento final do agravo de instrumento de nº. 246746-1. 3. Ora, se na decisão onde indeferiu o levantamento do depósito aduz que o agravado juntou as exigências contidas no Decreto Lei, que sejam, a prova de propriedade, de quitação de dívidas fiscais e a publicação de editais, com prazo de 10 dias para conhecimento de terceiros, o fato do agravo de instrumento de nº. 246746-1 ainda não ter transitado em julgado não deve ser óbice para o levantamento dos 80% (oitenta por cento) depósito prévio. 4. Por fim, ressalto ainda, que por cautela, consta na parte final da decisão interlocutória onde se deferiu a pretensão do ora agravado, a necessidade de se observar o contido no art. 34 do Decreto Lei nº 3.365/41, portanto se constatados os requisitos do mencionado artigo, inclusive a publicação dos editais, faz jus o expropriado ao levantamento do valor em questão. 4. Recurso de agravo regimental improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo regimental no agravo de instrumento nº 285916-1, acima referenciada,

2

- 259
20
- ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 01 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator

260
70



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Recurso de agravo regimental no agravo de instrumento nº 285916-1-
Comarca de Jaboatão dos Guararapes**
Agravante: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco -
DER/PE.
Agravada: Empresa Guararapes S.A.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo regimental diante de decisão interlocutória que deferiu a pretensão excepcional requerida, determinando o levantamento de 80% (oitenta por cento) do valor do depósito prévio, desde que, observado o contido no art. 34 do Decreto Lei nº. 3.365/41.

Sustenta o recorrente, em sede de preliminar, que o art. 67-B do Regimento Interno deste Tribunal foi vulnerado, pois, não se mostra mais possível a interposição de recurso com distribuição por dependência a recurso que foi soberanamente julgado, e, no mérito, afirma que o recurso de agravo de nº 246746-1/01, deixou a cargo do juízo *a quo* a análise exaustiva acerca da existência de uma possível faixa de domínio capaz de reduzir a área a ser indenizada, ao final, afirma que dois dos requisitos do art. 34 do Decreto Lei nº. 3.365/41 não foram preenchidos, a saber, a prova de propriedade do imóvel e a publicação do edital.

É o relatório.
Recife, 11 de 01 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

**Recurso de agravo regimental no agravo de instrumento nº 285916-1-
Comarca de Jaboatão dos Guararapes**

Agravante: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco -
DER/PE.

Agravada: Empresa Guararapes S.A.

VOTO

Eis o teor da decisão interlocutória agravada lançada em sua parte
decisória:

Trata-se de recurso de agravo de instrumento em face de decisão que indeferiu o pedido de liberação do valor de 80% da quantia arbitrada para fins de imissão provisória na posse. Em suas razões de fls. 02/19, o agravante requer a liberação do valor de 80% do depósito prévio necessário para a imissão provisória na posse, haja vista ter atendido aos requisitos legais, além do fato de que a avaliação efetuada pelo perito judicial obteve valor superior ao depositado inicialmente pelo expropriante. Pugna pela concessão do efeito suspensivo ao presente recurso, e, no mérito, requer seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada. Acosta documentos de fls. 20/203. Feito o sucinto relato, decido. Presentes os requisitos de admissão do presente recurso de agravo de instrumento, previstos nos arts. 522 e 525, ambos do CPC, passo a processá-lo nos termos da lei. Compulsando os autos, verifico tratar-se de ação de desapropriação onde inconformado com o depósito prévio no valor de R\$ 245.236,40 (duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos), o agravante ingressou com agravo de instrumento, onde foi determinado o depósito da quantia de R\$ 977.351,77 (novecentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos) para fins de imissão provisória. O juízo de origem determinou que o agravado efetuasse a complementação do depósito prévio e após dois meses este cumpriu tal determinação, obtendo a imissão provisória na posse, e, por esta razão, com base no art. 33, § 2º, do Decreto Lei nº. 3.365/41, o agravante requereu o levantamento de 80% do valor do referido depósito, porém, o pedido foi indeferido em decisão de fls. 11, devido ao fato de o agravo de instrumento que majorou o valor do depósito encontrar-se ainda sem trânsito em julgado devido ter sido alvo de recurso extraordinário e especial. Ora, conforme claramente se extrai da decisão agravada, o agravante juntou aos autos as exigências contidas no art. 34 do Decreto Lei nº. 3.365/41, além disto, o laudo do perito judicial, de fls. 399/443, concluiu por uma indenização de R\$ 1.442.220,67 (um milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil, duzentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), valor superior ao depositado pelo expropriante. Sendo assim, ante a fundamentação acima expedida e ao menos nesta sede de cognição sumária, entendo o agravante fazer jus ao levantamento do valor depositado inicialmente acrescido do depósito complementar, conforme previsto no art. 33, § 2º, do Decreto Lei nº. 3.365/41, nesse sentido posto jurisprudência do STJ, conforme: ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - DESAPROPRIAÇÃO - PRELIMINAR DE NULIDADE AFASTADA - ART. 33, § 2º, DO DL 3.365/41 - LEVANTAMENTO DE 80% DO DEPÓSITO - INCIDÊNCIA SOBRE A QUANTIA INICIALMENTE DEPOSITADA, ACRESCIDA DO DEPÓSITO COMPLEMENTAR PARA FINS DE IMISSÃO NA POSSE. 1. O Superior Tribunal de Justiça, ao conferir a correta interpretação ao

262
10

direito infraconstitucional, não deve desprezar os princípios da instrumentalidade das formas e, bem assim, da celeridade processual, devendo adotar a interpretação do art. 249, § 2º, do CPC, segundo o qual "não se deve decretar a nulidade do julgado quando puder decidir o mérito em favor da parte a quem aproveita a declaração". 2. O § 2º do art. 33 do Decreto-Lei 3.365/41 faculta ao desapropriado o levantamento de até 80% (oitenta por cento) do depósito realizado para o fim previsto no seu caput (pagamento do preço fixado por sentença) e no art. 15 de mesmo diploma legal (quantia arbitrada para fins de imissão provisória na posse). 3. Entende-se por "quantia arbitrada para fins de imissão provisória na posse" o valor inicialmente depositado acrescido, se for o caso, do depósito complementar obtido mediante avaliação judicial provisória. 4. Recurso especial não provido (REsp 1181868/RS, T2, rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 17/05/2010). Diante do exposto e com base na análise minuciosa dos documentos acostados ao recurso ora interposto, por vislumbrar a presença da fumaça do bom direito e do perigo da demora, requisitos legais elencados no art. 558, do CPC, defiro a pretensão excepcional requerida, determinando o levantamento de 80% (oitenta por cento) do valor do depósito prévio necessário para imissão provisória na posse, observando o contido no art. 34 do Decreto Lei nº. 3.365/41.

De início, quanto à ofensa ao art. 67-B do Regimento Interno deste Tribunal, ainda quando, em tese, tenha se esgotado a jurisdição do Tribunal pelo julgamento de processo pioneiro, é indispensável a certificação nos autos respectivos do trânsito em julgado do acórdão ou da decisão para fazer cessar a prevenção de que trata o art. 67-B do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (confira-se: Conflito de Competência nº 0199021-4, Corte Especial, rel. Des. Fernando Eduardo Ferreira, julgado em 20/05/2010).

No mérito, observo que na decisão inicialmente agravada, de fls. 21, o magistrado de origem afirma ter o expropriado juntado aos autos as exigências contidas no Decreto Lei nº. 3.365/41, porém, não autorizou o pedido de liberação do valor em razão da não existência do julgamento final do agravo de instrumento de nº. 246746-1.

Ora, o recurso de agravo de nº. 246746-1/01 deixou a cargo do juízo de origem a definição sobre a existência de faixa de domínio do Estado dentro da área expropriada, assim, uma vez que este, na decisão onde indeferiu o levantamento do depósito aduz que o agravado juntou as exigências contidas no Decreto Lei, que sejam, a prova de propriedade, de quitação de dívidas fiscais e a publicação de editais, com prazo de 10 dias para conhecimento de terceiros, o fato do agravo de instrumento de nº. 246746-1 ainda não ter transitado em julgado não deve ser óbice para o levantamento dos 80% (oitenta por cento) depósito prévio.

Por fim, ressalto ainda, que por cautela, consta na parte final da decisão interlocutória onde se deferiu a pretensão do ora agravado, a necessidade de se observar o contido no art. 34 do Decreto Lei nº 3.365/41, portanto, se presente os requisitos do mencionado artigo, inclusive a publicação dos editais, faz jus o expropriado ao levantamento do valor em questão.

Feitas estas considerações, nego provimento ao presente integrativo.

É como voto.

Recife, 11 de 02 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator